



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2020

Institui transferências obrigatórias da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por prazo ou fato determinado, e declara atendida a regra de cessação contida no § 2º no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



SF/20599.89917-28

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no período de 2020 a 2037, o montante de R\$ 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de reais) assim escalonado:

I – de 2020 a 2030, serão entregues, a cada exercício, R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais); e

II – de 2031 a 2037, o montante entregue na forma do inciso I será reduzido progressivamente em R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) a cada exercício.

§ 1º Da parcela devida a cada Estado, a União entregará, diretamente, 75% (setenta e cinco por cento) ao próprio Estado e 25% (vinte e cinco por cento) aos seus Municípios

§ 2º As parcelas pertencentes a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal serão partilhadas conforme os seguintes conjuntos de coeficientes individuais de participação, na proporção de 50% (cinquenta por cento) cada:

I – os contidos no Anexo desta Lei Complementar; e

II – os apurados periodicamente na forma do Protocolo ICMS nº 69, de 4 de julho de 2008, do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, ou outro documento que o substitua.



§ 3º As parcelas pertencentes aos Municípios de cada Estado serão partilhadas conforme os critérios de rateio das respectivas cotas-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

§ 4º As cotas-parte anuais serão repassadas em doze parcelas mensais de igual valor, ressalvado o disposto no § 5º.

§ 5º No caso do primeiro exercício de vigência desta Lei Complementar, as cotas-parte serão repassadas em tantas parcelas mensais de igual valor quantos forem os meses entre a data de publicação e o final do exercício.

**Art. 2º** O art. 1º da Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º .....

§ 4º Dos valores arrecadados na forma do *caput* referentes aos Blocos de Atapu e Sépia, descontada a despesa decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa, a União entregará, adicionalmente em relação ao disposto nos incisos I a III do *caput*, R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), observado o seguinte:

I – o repasse se dará em parcela única no exercício no qual seja realizada a receita correspondente, ressalvado o disposto no inciso V, e observará as destinações e condições contidas nos §§ 1º a 3º;

II – da parcela devida a cada Estado, a União entregará, diretamente, 75% (setenta e cinco por cento) ao próprio Estado e 25% (vinte e cinco por cento) aos seus Municípios;

III – as parcelas pertencentes a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal, serão partilhadas conforme os seguintes conjuntos de coeficientes individuais de participação, na proporção de 50% (cinquenta por cento) cada:

a) os contidos no Anexo desta Lei Complementar; e

b) os apurados periodicamente na forma do Protocolo ICMS nº 69, de 4 de julho de 2008, do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, ou outro documento que o substitua;

IV – as parcelas pertencentes aos Municípios de cada Estado serão partilhadas conforme os critérios de rateio das respectivas cotas-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de





## SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Wellington Fagundes

Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; e

V – caso os leilões dos Blocos de Atapu e Sépia ocorram em anos distintos, o repasse será de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) em cada exercício no qual seja realizada a receita correspondente, entregues em parcelas únicas.” (NR)

**Art. 3º** Considera-se cumprida a regra de cessação contida no § 2º no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

*Parágrafo único.* As entregas de recursos previstas nos arts. 1º e 2º desta Lei Complementar somente serão efetivadas caso o ente beneficiado reconheça, mediante a aprovação de lei específica, que estão quitados os valores porventura devidos, vencidos e vincendos, decorrentes do disposto no art. 91 do ADCT.

**Art. 4º** Não serão devidos honorários advocatícios nas ações judiciais extintas em decorrência de acordo firmado entre as partes interessadas no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO nº 25.

**Art. 5º** A União incluirá, em suas leis orçamentárias anuais, a quantia necessária à realização da despesa prevista no art. 1º.

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se os arts. 46 a 60 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

### ANEXO

#### Coeficientes de Participação

UF	Coeficiente
AC	0,09104
AL	0,84022
AP	0,40648
AM	1,00788



SF/20599.89917-28



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete Senador Wellington Fagundes**

<b>UF</b>	<b>Coeficiente</b>
BA	3,71666
CE	1,62881
DF	0,80975
ES	4,26332
GO	1,33472
MA	1,67880
MT	1,94087
MS	1,23465
MG	12,90414
PA	4,36371
PB	0,28750
PR	10,08256
PE	1,48565
PI	0,30165
RJ	5,86503
RN	0,36214
RS	10,04446
RO	0,24939
RR	0,03824
SC	3,59131
SP	31,14180
SE	0,25049



SF/20599.89917-28



UF	Coeficiente
TO	0,07873
<b>Total</b>	<b>100,00000</b>

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei Kandir foi instituída em 1996 para compensar os estados e municípios exportadores de produtores primários e semi-elaboradores. No esforço de exportação, produtos como a soja, o milho, o algodão, a carne, entre outros, além dos minérios, haveriam de ser isentados do recolhimento de ICMS, de forma a permitir que o Brasil pudesse ganhar mais competitividade internacional e se transformar no que é hoje, uma potência da produção para todo o mundo.

Porém, ao longo do tempo, essa compensação acabou não acontecendo de maneira justa. Ficou evidente a existência de uma deturpação no sistema de repartição de receitas, fato que compromete a saúde das relações federativas, afetando diretamente as competências constitucionais dos entes federados.

E quando isso acontece, todos saem perdendo, principalmente a população, já que estados e municípios, com recursos reduzidos em caixa, acabam sem condições financeiras adequadas de oferecer aquilo que todos mais anseiam, qual seja, serviços de qualidade, sobretudo, na atenção melhor à saúde, à segurança, na melhoria no ensino, infraestrutura e tantos outros.

Para amenizar as perdas de estados e municípios com a desoneração, o Governo criou o Auxílio Financeiro de Fomento as Exportações, o FEX. Esse Auxílio Financeiro, mesmo sem instrumentos de correção, representava uma ajuda essencial aos entes federados. Contudo, sem obrigatoriedade, por muitas vezes, transferências deixaram de ser repassadas.

Com evidenciados prejuízos, aliado a falta de um instrumento eficiente para compensação, a questão, portanto, passou a ser discutida no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). Quase que concomitantemente a tramitação da ação, iniciamos, junto com a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e com o respeitável apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CMN), estudos para recuperar tais perdas. Dessa forma, apresentamos o Projeto de Lei do Senado nº 288/2016 - Complementar,





visando alterar o Artigo 31 da Lei Complementar nº 87/1996 para regulamentar a compensação da União aos estados, municípios e Distrito Federal.

Por sua vez, o STF indicou a necessidade de regulamentar as transferências de recursos da União, a partir da imperiosa decisão de tornar claro os dispositivos previstos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Com base nessa decisão, o Congresso Nacional, ao nosso requerimento, criou uma Comissão Especial Mista para tratar do objeto. Técnicos e especialistas discutiram, juntamente com nós senadores e deputados federais, todos os aspectos referentes a legislação e dos cálculos das perdas.

Após diversas reuniões e audiências, na condição de relator da Comissão, apresentei um relatório – aprovada à unanimidade – dispondo sobre a compensação financeira devida pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em função da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens e da concessão de crédito nas operações anteriores, conforme art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Vale observar que naquele acórdão da ADO nº 25, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a omissão legislativa quanto à edição da lei complementar prevista no art. 91 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). No entanto, não reconheceu o direito a eventual indenização pretérita aos estados e ao Distrito Federal à luz dos repasses já realizados pela União. Decidiu-se tão-somente que houve a citada omissão inconstitucional, nos termos do também decidido acerca da Ação Cível Originária (ACO) nº 1.044, assim como nos termos das ACOs nºs 779 e 792.

Em conformidade com o discutido nas audiências de conciliação, ficou estabelecido a necessidade de ação de um conjunto de medidas de alteração dos marcos constitucional e legal voltado, entre outros pontos relevantes, à definição de uma nova ordem fiscal e federativa, calcada na sustentabilidade e no fortalecimento de todos os entes da Federação.

Importante medida de fortalecimento da Federação foi a Emenda Constitucional nº 102, de 2019, que permitiu a transferência aos entes subnacionais de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de





2010, o qual atribuiu a Petrobrás a titularidade do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos produzidos nos termos do contrato de cessão onerosa referente às áreas não concedidas e partilhadas localizadas no pré-sal.

Outra medida foi a Lei nº 13.885, de 2019, que estabeleceu critérios de distribuição, em conformidade com o pleito dos entes subnacionais, de parte dos valores arrecadados com os bônus dos leilões dos volumes excedentes recém mencionados.

Ademais, o Poder Executivo federal colaborou na elaboração da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 188, de 2019, protocolada pela Liderança do Governo no Senado Federal, que propõe a inclusão, no art. 20 da Carta Magna, de dispositivo que possibilite o repasse para os entes subnacionais de percentual da receita da União com a exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva.

Foi nesse ambiente de imprescindível cooperação entre os níveis da Federação que a mediação promovida pelo Ministro Gilmar Mendes chegou, enfim, a um acordo sobre a compensação devida aos estados e aos municípios pela não incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados e sobre as aquisições para o ativo permanente.

A presente proposta se espelha justamente no acordo firmado entre as partes interessadas e já referendado pelo Plenário do STF. Segundo o acordo, a União repassará aos entes subnacionais um total de R\$ 65,6 bilhões, com R\$ 58 bilhões sendo transferidos obrigatoriamente entre 2020 e 2037. Além do mais, há a previsão de repasses de R\$ 3,6 bilhões nos três anos que se seguirem à aprovação da regulamentação da PEC nº 188, de 2019, e de mais R\$ 4 bilhões da receita a ser obtida com os leilões dos Blocos de Atapu e Sépia, situados no pré-sal.

Este projeto, portanto, propõe disciplinar a entrega dos R\$ 58 bilhões obrigatórios e dos R\$ 4 bilhões condicionados aos dois futuros leilões de campos petrolíferos. Isso representará um aporte, ainda este ano, de R\$ 4 bilhões para os tesouros estaduais e municipais, premidos pela crise provocada pelo novo coronavírus.





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete Senador Wellington Fagundes**

Considero a urgência da proposição que ora apresento autoevidente e conto com o apoio dos meus Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



SF/20599.89917-28